

Influências das políticas públicas de turismo nas transações entre os agentes: uma análise sob a ótica da ECT

*Bruno Martins Augusto Gomes¹
Antônio Carlos dos Santos*

Resumo: As políticas federais de turismo têm se pautado na articulação dos agentes locais. Porém, antes deste enfoque ser adotado nas políticas federais, Minas Gerais já o utilizava, por meio da Política de Circuitos Turísticos. Novas políticas provocam alterações nas transações entre os agentes de um setor. Por isso esse trabalho buscou verificar a influência da Política de Circuitos Turísticos nos comportamentos dos agentes e nas transações. A pesquisa demonstrou que a política de circuitos turísticos de Minas Gerais criou uma estrutura de governança, que possibilitou um aumento da frequência das relações entre eles, reduziu a incerteza, o oportunismo e a possibilidade dos investimentos em ativos específicos serem perdidos. Por isso, nas regiões pesquisadas, acredita-se que a política de circuitos turísticos tenha contribuído para a redução dos custos de transação. Contudo, mudanças na gestão dos Circuitos e no comportamento dos agentes, ainda são necessárias para a redução significativa dos custos de transação.

Palavras-chave: Turismo, Políticas Públicas, Custos de Transação

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que vem adquirindo expressivo espaço na economia do Brasil. Em relação ao turismo interno, em 1998, 38 milhões brasileiros realizaram pelo menos uma viagem doméstica por ano (desconsiderando as viagens rotineiras, que são aquelas realizadas pelo menos uma vez ao mês para o mesmo destino) (Fipe, 2002). Já em 2005, 48 milhões brasileiros realizaram pelo menos uma viagem doméstica por ano (Fipe, 2006).

Em Minas Gerais, o governo estadual implantou, a partir de 1999, ações que contribuíram para o progresso da atividade no estado. Além da criação da Secretaria de Estado do Turismo, foi implantada, em uma ação pioneira, a Política de Circuitos Turísticos, que considerando a proximidade das localidades e a sua afinidade turística, dividiu o estado em circuitos turísticos.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora / CTU. E-mail: brunoturis@yahoo.com.br

A implantação de novas políticas provoca alterações nas relações entre os agentes que compõem um determinado setor, podendo estas alterações ser positivas ou negativas. Especificamente em relação à política de Circuitos Turísticos, tem sido dito que ela proporciona uma integração dos agentes.

No contexto da política de Circuitos Turísticos, as questões que se levanta é: Que modificações ela trouxe para as transações entre os agentes nas regiões turísticas de Minas Gerais? Diante desta questão, esta pesquisa tem como objetivo identificar as modificações que a Política de Circuitos Turísticos do governo de Minas Gerais trouxe para as transações entre agentes nas regiões turísticas do estado.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Administração Pública e o Turismo

As políticas de turismo também têm se caracterizado por uma maior abertura do Estado à participação do setor privado. Contudo, devem estimular a articulação entre o setor público e a iniciativa privada, mas, dentro do conceito de que o objetivo primeiro do turismo é melhorar a qualidade de vida das populações dos núcleos receptores (Cabrera, 2002).

Pinho et al. (2005) afirmam que o escopo, por excelência, das políticas de desenvolvimento é o da articulação da coordenação dos agentes. No entanto, para que a cooperação possa avançar, devem ser superados os entraves gerados pela rivalidade visando à formação de laços de confiança recíproca.

Os autores defendem ainda que, em muitos casos, as políticas de desenvolvimento tendem a ganhar com uma articulação extra-municipal. Isso ocorre porque, como coloca Bahl (2004), nem toda localidade congrega atrativos turísticos suficientes para se desenvolver como centro de recepção, dependendo, por vezes, de se trabalhar com os existentes no seu entorno.

Por isso, as políticas de desenvolvimento regional devem contemplar a implantação de uma agência regional de desenvolvimento que segundo, Pinho et al. (2005), tem condições de conceber e operacionalizar estratégias direcionadas à potencialização das sinergias no desenvolvimento de arranjos produtivos, levando em conta as especificidades presentes em cada região. Bahl (2004) acrescenta que, ao se pensar em regiões turísticas, é essencial considerar uma homogeneidade entre os municípios.

Finalmente, para o desenvolvimento do turismo, tão importante quanto a indução à articulação dos agentes em uma região turística, são os investimentos do Estado em saneamento, transportes e educação nas regiões turísticas. Como coloca Cabrera (2002), um dos fatores que impedem que o turismo se desenvolva no Brasil é a falta de infra-estrutura básica. É essencial também que a administração pública disponibilize linhas de crédito, isenções ou redução de impostos para a operacionalização de empreendimentos turísticos.

Em função de seu objetivo, este trabalho focará as políticas públicas de turismo no Brasil a partir do ano de 2003 e a implantação destas em Minas Gerais a partir do final da década de 1990.

No Brasil, em 2003, criou-se um ministério exclusivo para o Turismo, a EMBRATUR teve sua função repensada e foi elaborado o Plano Nacional de Turismo (PNT), que organiza-se em sete macroprogramas: Gestão e Relações Institucionais, Fomento, Infra-estrutura, Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, Qualidade do Produto Turístico, Promoção e Apoio a Comercialização Informações Turísticas. Dentro de cada macroprograma, estão programas relacionados a questões específicas do desenvolvimento do turismo brasileiro.

Dentre os macroprogramas, destaca-se para esta pesquisa o de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, com o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros Integrados. Esse programa propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo por região turística, articulando os agentes locais.

Em relação às políticas públicas de turismo em Minas Gerais, em 1999 foi criada a Secretaria de Estado do Turismo e foi elaborada a política de turismo para o estado tendo como eixo principal a criação dos Circuitos Turísticos (Setur-MG, 2006). No mesmo período governo de Minas também criou o Programa de Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real com o intuito de recuperar e aproveitar o potencial ao longo do caminho denominado Estrada Real, transformando-o em um produto turístico. A Estrada Real é composta por caminhos criados nos séculos XVII, XVIII, XIX para a circulação de pessoas, mercadorias, ouro e diamante entre os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. (Minas Gerais, 2000)

O estudo se deterá à iniciativa do governo de Minas Gerais, que já em 2001 iniciou à formação de circuitos turísticos regionais. Os circuitos turísticos constituem-se em um agrupamento de municípios com características turísticas semelhantes que se localizam dentro

de uma região geográfica limitada, que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável. Pode se associar ao circuito poder público, membros da sociedade civil. (Setur-MG, 2006).

O circuito é administrado por uma entidade sem fins lucrativos, mantida através de mensalidades pagas pelos associados, que são empresários, prefeituras e demais interessados com o turismo na região. O governo de Minas Gerais reconhece estas instituições como responsáveis pelo desenvolvimento do turismo na região de abrangência de seu circuito, desde que atendam as normas de certificação estabelecidas por ele (Setur, 2006).

Os circuitos certificados são inseridos nos planos prioritários da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (Setur-MG, 2006). Dessa forma passam a ter acesso facilitado a recursos destinados a sinalização turística, promoção e divulgação, bem como créditos para treinamento de mão de obra e implantação de infra-estrutura turística (Setur-MG, 2006b).

2.2 As Transações no Turismo

O produto turístico é formado, predominantemente, por prestações de serviços. Assim, ele é produzido não de forma linear, com cada agente exercendo a sua função isoladamente, mas, a partir da atuação conjunta de vários agentes, com a participação do consumidor no momento da prestação dos serviços e de maneira simultânea ao consumo. Por isso, propõe-se o modelo da Figura 1, para a compreensão das transações do turismo

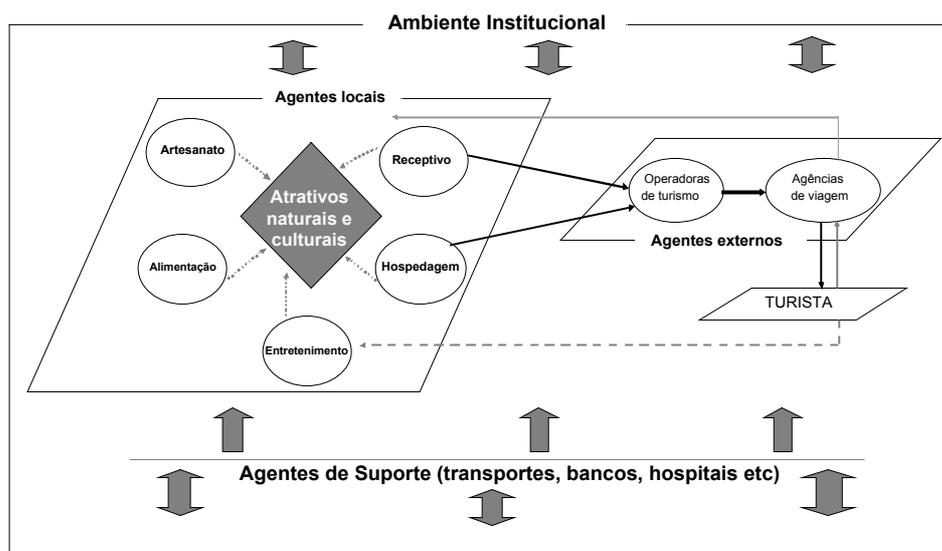


FIGURA 01: Estrutura produtiva do turismo
Elaborado pelo autor

Dessa forma, o turismo tem como matéria-prima os recursos naturais e culturais de uma região, que constituem os atrativos turísticos. Assim, inicialmente, os agentes locais se reúnem em torno dos atrativos turísticos presentes em uma determinada região. As operadoras de turismo distribuem este produto turístico mediante acordos de pagamento comissionado junto aos agentes locais. As próprias operadoras podem comercializar este produto turístico ou repassar o direito de comercialização às agências de viagem por meio de acordos de pagamento comissionado. Então, o turista irá comprar o produto turístico nas agências de viagem ou poderá optar por fazê-lo por conta própria, diretamente com os agentes locais. O consumo do produto turístico ocorrerá com o deslocamento do turista (linha pontilhada) até a região turística.

2.3 Economia dos custos de transação

Para analisar as transações entre os agentes tem-se a Economia dos Custos de Transação. De acordo com Williamson (1989), o estudo da ECT é interdisciplinar e envolve conhecimento das áreas de direito, da economia e das organizações. De acordo com Zylbersztajn (1995), ela pode ser aplicada em áreas, como estratégia de empresas, marketing, organização industrial e políticas públicas.

As transações constituem a troca de informações ou serviços entre os agentes, visando à produção de um bem final (Zylbersztajn & Neves, 2000). Williamson (1989) define os custos de transação como os dispêndios de recursos para planejar, negociar, criar salvaguardas relacionadas às transações (custos *ex-ant*) e fiscalizar e corrigir problemas que surgem quando as transações não ocorrem como esperado (custos *ex-post*).

A ECT considera a racionalidade limitada dos agentes, que segundo Farina et al. (1997), constitui-se numa inabilidade destes em processar todas as informações necessárias ao funcionamento de um complexo sistema.

Segundo os propósitos da ECT, os agentes também têm uma tendência ao oportunismo que, segundo Williamson (1989), é a busca pelos interesses próprios, com dolo. O oportunismo envolve ações como mentira, roubo e formas sutis de engano, estando relacionado à revelação incompleta ou distorcida da informação. Zylbersztajn (1995) acrescenta que o oportunismo refere-se ao jogo não cooperativo entre os agentes.

De acordo com Williamson (1989), as transações se caracterizam pela especificidades de ativos, a incerteza e a frequência.

A especificidade de ativos se refere aos atributos idiossincráticos de uma transação, ou seja, atributos criados para atender a uma determinada transação que dificilmente poderão ser utilizados de maneira alternativa. A incerteza segundo Williamson (1989) pode ser: primária, secundária ou condicionalista. A incerteza primária refere-se às incertezas relativas ao Estado, às políticas públicas. A incerteza secundária está relacionada a aspectos imprevisíveis, como os fenômenos da natureza e à inocente falta de comunicação (agentes deixam de trocar informação por descuido e não por desejo de enganar). Já o terceiro tipo de incerteza refere-se exatamente à falta de comunicação do tipo estratégica, em que os agentes agem de maneira oportunista, ocorrendo a incerteza condicionalista.

Portanto, à medida que se reduzem as incertezas, automaticamente, os agentes estão também reduzindo a racionalidade limitada e, por conseqüência, a possibilidade da transação não ocorrer como esperado, gerando custos em função disso.

A freqüência constitui outra característica das transações, que está relacionada à quantidade de vezes que a transação se repete. Os atributos especificidade de ativos e freqüência têm uma relação próxima, pois, quando passa a ser exigido um ativo específico, deve haver uma contrapartida em termos de freqüência de transação para que o investimento feito seja amortizado. Ainda, transações com alto grau de recorrência têm maior possibilidade de retorno dos investimentos em ativos específicos. A repetição das transações também possibilita às partes adquirirem informações uma da outra e, assim, aumentar a confiança entre elas, bem como reduzir o oportunismo.

Para a Nova Economia Institucional (NEI), as instituições são importantes e suscetíveis de análise. North (1994) defende que as instituições podem ser definidas como as regras que as sociedades impõem para estruturar as relações políticas, econômicas e sociais entre os agentes. Elas podem ser formais (leis, direitos de propriedade) ou informais (crenças, tradições códigos de conduta).

A partir das características do ambiente institucional e dos objetivos dos agentes as estruturas de governança são delimitadas. As formas de governança variam de acordo com o maior ou menor controle das transações. Nesse sentido, elas podem ser via mercado, trilateral, bilateral e unilateral (Williamson, 1989). Na governança via mercado as identidades das partes não têm importância; as referências são os termos formais dos contratos. O que vale é as regras legais e as partes não concentram esforços para sustentar a relação.

Na governança trilateral, o interesse dos agentes em manter a relação é forte. Para tanto, se recorre à assistência de um terceiro para a resolução das disputas. Na governança bilateral, as partes mantêm a autonomia, porém, têm interesse em manter a relação comercial, em função dos benefícios econômicos que ela proporciona. Já a governança unilateral é caracterizada por ser regulamentada por uma empresa que detém autoridade. Esta última forma de governança ocorre na integração vertical, em que uma empresa passa a controlar as outras que lhe dão suporte.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Considerando o problema e os objetivos da pesquisa, ela caracteriza-se como qualitativa, com caráter exploratório-descritivo, pois busca entender uma realidade ainda pouco estudada, para então descrever como os fenômenos relacionados a esta ocorrem.

Para realizar uma pesquisa qualitativa, para Godoy (1995), existem três possibilidades: o estudo de caso, a etnografia e a pesquisa. A opção metodológica pelo estudo de caso foi feita, pois segundo Dencker (1998), permite um estudo profundo e exaustivo de determinados objetos ou situações, o que permitirá um conhecimento em profundidade dos processos e relações sociais.

Foram selecionados três regiões turísticas de Minas Gerais - Parque Nacional da Serra do Cipó, Villas e Fazendas, e Serra da Canastra - por possuírem uma estágio de organização mais avançado.

Na coleta de dados, adotou-se, como instrumento, a entrevista. Após a elaboração do roteiro de entrevista, considerando-se as proposições teóricas da ECT, foram realizadas as entrevistas com os gestores, diretores e empresários associados aos circuitos turísticos. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, na etapa de análise dos dados.

Para realizar a análise de conteúdo, adotou-se a técnica de análise temática, que considera a frequência de presença (ou ausência) de itens de sentido, bem como da observação da estrutura do conteúdo por meio da intensidade e da direção (Bardin, 1977). A frequência é a repetição de um tema nas respostas. A intensidade é a identificação dos valores (ideológicos, tendências) e das atitudes. A direção analisa se o conteúdo expressa uma posição do entrevistado favorável, desfavorável ou neutra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas regiões turísticas estudadas, antes da criação do circuito, as transações entre os agentes eram regidas pelas relações de mercado, depois a estrutura de governança local deixou de ser exclusivamente via mercado, assumindo uma forma híbrida, mesclando características da governança bilateral e trilateral. Os agentes mantêm sua autonomia quase total, mas têm interesse em preservar a relação comercial em função de seus benefícios. Por isso, são assistidos por um terceiro, que é a associação gestora do circuito, que coordena as suas transações. Foram criados, então, os circuitos turísticos, uma estrutura de governança que coordena o desenvolvimento do turismo na região de maneira integrada.

Pôde-se perceber a institucionalização da associação gestora do circuito como entidade coordenadora do turismo na região, pois os agentes locais ao fazerem uma divulgação, buscam na associação informações sobre qual empresa contratar e qual tipo de material confeccionar. A institucionalização do circuito também foi evidenciada na situação em que ocorre uma menor inserção de um empreendimento numa campanha de divulgação da região. Muitas vezes, a direção do circuito não está envolvida nestas campanhas, mas os empresários ligam para a sede para reclamar. “Então o circuito (...) é uma referência. Deu um problema, liga para cá, eles ligam. Por que aconteceu isso? Vocês têm que tomar uma providência” (Entrevistado S2).

A pesquisa evidenciou uma institucionalização da associação gestora do circuito como entidade coordenadora do turismo na região. A institucionalização é positiva, pois os agentes locais passam a ter uma referência a respeito de planejamento e gestão do turismo na região. Mas, esta institucionalização pode causar acomodação nos agentes, pois, como eles estão pagando uma mensalidade a um órgão, eles esperarão que este órgão resolva todos os problemas relacionados ao turismo na região, desestimulando-os de participar das reuniões. Ainda está presente a visão tradicional de gestão das políticas públicas em que os agentes aguardam que as iniciativas. Contudo, as políticas públicas estão mudando desta visão tradicional para gestão moderna. Os agentes devem, a partir de uma articulação entre eles, passarem a influenciar nas ações regionais. Porém, essa visão por ainda ser recente, com frequência não é bem assimilada pelos agentes nos Circuitos.

Os Circuitos atenuaram a assimetria de informação entre o ambiente institucional e as regiões turísticas.

“As políticas, hoje, conseguem sair do campo federal e chegar até aos estados e municípios e é onde eu faço um destaque aí ao papel dos circuitos já que eles têm um papel determinante para que estas políticas sejam efetivamente implementadas aqui na base do processo” (Entrevistado S1).

O ambiente institucional influencia e é influenciado pelos agentes. Em Minas Gerais, como no estado, a regionalização já havia se iniciado há alguns anos; os agentes locais passaram aos representantes do governo federal conhecimentos que já haviam acumulado.

“Quando eles vieram ensinar para Minas o que era regionalização, Minas já sabia. Eu estava até presente nessa primeira reunião e foi um balde água fria no Ministério, porque ele veio ensinar uma coisa que Minas já fazia há muito tempo. Nós é que ensinamos eles. Nós questionamos. Muita coisa que a gente questionou eles não tinham resposta” (Entrevistado R3).

Em alguns circuitos pesquisados, já exista um ambiente institucional que favoreceu o êxito dos mesmos. Contudo, este relacionamento entre os agentes locais, normalmente, se restringia a agentes localizados dentro de um mesmo município. Assim, a política de circuitos turísticos contribui para aproximar os agentes localizados em municípios díspares, como também para viabilizar projetos que as associações pré-existentes tinham maior dificuldade para implementar.

“Através do Circuito nós conseguimos pegar muito projeto que a gente não tinha condição nenhuma de fazer, nós conseguimos tirar muita coisa do papel” (Entrevistado L1).

Aliada a um ambiente institucional marcado pela percepção do turismo como setor favorável para investimento, a política de Circuitos estimulou a implantação de ativos de investimentos voltados para o turismo nas regiões pesquisadas.

“Os investimentos no turismo dessa região estão muito ativos, (...) restaurante novo, pousada nova, (...) empresas que fazem receptivo estão com os veículos sempre renovados. Os restaurantes estão reformando suas instalações, oferecem cada vez mais opções. Não sei se isso pode ser atribuído somente ao Circuito” (Entrevistado N7).

A política criou uma especificidade relacionada à marca do produto turístico da região.

“Assim que o Circuito foi oficializado houve o redirecionamento e passamos a identificar esta marca que tem mais força” (Entrevistado U12). Também foram feitos investimentos específicos na confecção de *folders*, participação em feiras e, como define Costa (2005), a especificidade de marca é criada na expectativa de uma demanda.

Alguns investimentos em ativos específicos já foram recuperados em função da criação do circuito, apesar de ele não ter sido o único fator responsável.

“Eu realizei investimentos na melhoria na fachada do prédio, na recepção, salão de café e cozinha (...) Em três anos de funcionamento, o investimento que nós fizemos aqui nós já conseguimos recuperar” (Entrevistado S1).

“Eu ampliei minha loja. Hoje eu tenho uma loja nova, com o triplo da área que eu tinha. (...) Se falasse não tem o circuito, não está se fazendo nada, era um caso a pensar se eu ia fazer o que eu estou fazendo” (Entrevistado N16).

Dessa forma, inúmeros ativos específicos foram criados em função dos circuitos turísticos, o que tende a influenciar os empresários a não assumirem comportamentos oportunistas, pois sabem que se o fizerem há o risco de serem excluídos do circuito e, portanto teriam uma dificuldade maior para utilizarem-no.

A política também contribuiu para reduzir a assimetria de informação entre os agentes. Essa assimetria de informação ocorria, por exemplo, na sobreposição dos temas abordados nos cursos de capacitação. Não havia uma coordenação e, conseqüentemente estes cursos geravam poucos resultados eficientes. Um exemplo sobre redução de assimetria de informação foi sobre o Programa de Normalização do Turismo de Aventura a ser implantado no Circuito Parque Nacional da Serra do Cipó pela Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura (ABETA).

“Se não existisse essa organização [na forma de Circuito] a ABETA iria ter caído aqui (...) e ia desperdiçar recursos porque ela ia fazer coisas que a gente já fez. Por exemplo, o recurso que ela iria utilizar para capacitar condutores, ela vai utilizar para capacitar melhor nossos condutores em primeiros socorros. Se você não tem como fazer essa articulação você está todo dia recomeçando o processo. (...) Hoje, com o Circuito a gente já consegue isso” (Entrevistado L6).

Houve um aumento na frequência das transações entre os agentes da região. Com a criação dos circuitos, os agentes da região passaram a se encontrar para discutir o turismo não apenas nas reuniões marcadas pela diretoria, como também em encontros marcados por eles próprios, de maneira independente.

“Aconteceu uma reunião segunda-feira, em Santana dos Montes, entre hotéis fazendas do circuito e eles estão discutindo a formatação de roteiros entre estes hotéis. (...) Já marcaram uma reunião, (...) entre eles mesmos, não foi iniciativa nenhuma do circuito” (Entrevistado S2).

Sobre a influência nos comportamentos oportunistas, acredita-se que a política de circuitos turísticos, como estrutura de governança influenciou nos comportamentos oportunistas, apesar de esses ainda estarem presentes. “Ainda existe uma disputa entre eles [empresários], mas o Circuito (...) é uma situação mais de cooperação. Por ser mais regional, atingir mais pessoas, a relação entre eles se fez mais saudável” (Entrevistado F3).

Dessa forma, a política de circuitos Turísticos criou uma nova estrutura de governança que passou a influenciar nos comportamentos dos agentes e em suas transações, no sentido de reduzir os custos de transações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de circuitos turísticos de Minas Gerais criou uma estrutura de governança, representada pelas associações gestoras dos Circuitos, possibilitando um aumento da frequência das relações entre eles. Esse aumento da frequência permitiu maior troca de informação, desenvolvimento do espírito de cooperação e melhor entendimento dos benefícios a longo prazo. Esta articulação dos agentes reduziu a incerteza, o oportunismo e a possibilidade dos investimentos em ativos específicos serem perdidos. Por isso, nas regiões pesquisadas, acredita-se que a política de circuitos turísticos tenha contribuído para a redução dos custos de transação.

Apesar da influência da política de circuitos nos comportamentos e dimensões causadores de custos de transação, estes ainda estão presentes. Dentre as incertezas dos agentes está o temor da sua descontinuidade, pelo governo do estado de Minas Gerais. Esta preocupação dos agentes é notória, pois a pesquisa evidenciou que há especificidade dos ativos investidos em função dos circuitos. Caso os circuitos deixem de funcionar alguns destes ativos específicos poderiam até ser utilizadas pelos agentes locais na continuidade do desenvolvimento do turismo da região. Contudo, a maior barreira para se reaproveitar os ativos, caso os circuitos deixem de funcionar, seria a descrença nas ações e políticas voltadas para o desenvolvimento do turismo.

Já a especificidade de ativos dos investimentos realizados nas regiões próximos à Estrada Real tende a ser menor, pois, caso estes investimentos não dêem certo, existe mais uma possibilidade de serem aproveitados de forma alternativa, que é por meio da inserção na Estrada Real.

Há uma racionalidade limitada dos agentes locais, especialmente aqueles que participam do circuito há menos tempo, a respeito da política de circuitos turísticos. Naqueles em que os empresários estão associados há mais tempo há um maior entendimento sobre essa política, bem como sobre as ações do estado relacionadas ao turismo. Deve-se destacar também que os Circuitos próximos à Estrada Real têm uma percepção mais clara das políticas de turismo do estado de Minas Gerais. Uma possível explicação para isso é o fato de, nessas regiões, ocorrerem mais fatos relacionados ao turismo que, mesmo sendo promovidos pelo Instituto Estrada Real, em algumas circunstâncias, têm o envolvimento do estado ou pelos despertam nos agentes a discussão sobre políticas públicas de turismo.

Comportamentos oportunistas desestimulam os agentes locais a cooperarem, o que torna difícil a formação de um produto turístico regional integrado. Assim, acredita-se que a não ocorrência de comportamento oportunista por parte dos agentes passa por uma mudança de valores pessoais e gerenciais. Mudança nos valores pessoais, no sentido dos agentes serem menos egoístas e nos gerenciais dizem respeito ao fato de eles perceberem que se houver mais agentes participando da atividade torna a região mais forte, contribuindo, assim, para o êxito de cada um, individualmente.

Assim, acredita-se que as transações entre os agentes nas regiões dos circuitos turísticos estão aperfeiçoando-se. A política trouxe mais eficiência para ações dos agentes relacionadas ao turismo nas regiões. Estas ações passaram a ser planejadas, coordenadas e monitoradas, evitando, inclusive, a repetição de iniciativas semelhantes. A pesquisa evidenciou também que a consolidação de alguns circuitos está contribuindo para a redução do oportunismo e da racionalidade limitada, possibilitando, assim, transações que geram menos custos. Contudo, todo este progresso depende da continuidade da política de circuitos turísticos por parte dos governantes, bem como da colaboração dos agentes locais com os objetivos coletivos e de longo prazo.

Novos estudos abordando a ECT em regiões turísticas devem ser feitos, aliados a um referencial sobre planejamento turístico. Pesquisas futuras devem ser aplicadas em outras regiões, contribuindo para os estudos sobre gestão de regiões turísticas e também para o aperfeiçoamento das práticas empresariais nestas regiões.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHL, M. **Agrupamentos turísticos municipais**. Curitiba: Prottexto, 2004.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CABRERA, G. **Subsídios à formulação da política nacional de turismo**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2002.

COSTA, S. M. L. et al. Análise das transações na comercialização de uvas finas da região de Jales/SP, Brasil. In: INTERNATIONAL PENSA CONFERENCE ON AGRI-FOOD CHAINS/NETWORKS AND MANAGEMENT, 5., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto, 2005. 1CD-ROM.

DENCKER, A. F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

- FERREIRA, G. M. V. A et al. Economia dos custos de transação sob uma análise crítica: perspectivas de aplicação no agronegócio. In: CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005, Ribeirão Preto. **Anais...** Ribeirão Preto: SOBER, 2005. 1CD-ROM.
- FARINA, E. M. M. Q. AZEVEDO, P. F.; SAES, M. S. M. **Competitividade:** Mercado, estado e organização. São Paulo: Editora Singular, 1997.
- FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil**, 2002. Disponível: <www.fipe.org.br> Acesso em: 10 fev. 2006.
- FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas). **Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil**, 2006. Disponível: <institucional.turismo.gov.br> Acesso em: 28 mar. 2006.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995
- MINAS GERAIS. Decreto 41205, de 09 de agosto de 2000. **Dispõe sobre Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real**. Belo Horizonte, 2000. Disponível: <www.turismo.mg.gov.br/Estradareal>. Acesso em: 26 jan. 2006.
- NORTH, D. Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.
- SETUR-MG. **Política Estadual de Turismo**. Disponível em: <www.turismo.mg.gov.br/Pagina_setur/setur, 2006>. Acesso em: 23 jan. 2006.
- SILVA JÚNIOR, J. H. **A Política interna de turismo no Brasil (1992-2002)**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.
- WILLIAMSON, O. E. **Las Instituciones Económicas del Capitalismo**. México: Fondo Cultura Económica, 1989.
- ZYLBERSZTAJN, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agrobusiness:** uma aplicação da nova economia das instituições. 1995. Doutorado (Tese de Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.